

Governo vai rever regras laborais da amamentação

Propostas iniciais do Executivo relativas à família e parentalidade deverão ser alteradas. CGTP rejeita revisão das leis laborais. UGT admite negociações



Rosário Palma Ramalho (ao centro) no final da Concertação Social

TRABALHO O Governo comprometeu-se a apresentar uma nova versão do anteprojeto de revisão da legislação laboral, com uma “evolução” nas questões ligadas à amamentação e ao luto gestacional, indicaram UGT e CIP, à saída da reunião de Concertação Social.

“O Governo evoluiu” e vai “fazer chegar aos parceiros” uma proposta relativamente às medidas relacionadas “com as questões da família e da parentalidade”, afirmou o secretário-geral da União Geral de Trabalhadores (UGT), Mário Mourão.

Também o presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Armindo Monteiro, indicou que o Governo manifestou a intenção de mexer nas medidas relativas à amamentação, sinalizando que o “período de dois anos não estava em cau-

sa”, mas “a necessidade de apresentação de um comprovativo médico”.

Ao nível da amamentação, a proposta inicial do Governo estabelece a imposição de um limite de dois anos na dispensa de trabalho para a amamentação, enquanto a lei em vigor admite que este período se prolongue “durante o tempo que durar a amamentação”, sem prazo máximo.

“EVOLUÇÃO”

Tanto o secretário-geral da UGT como o presidente da CIP indicaram que a nova versão do Governo visa também o luto gestacional. No anteprojeto, o Governo previa a revogação da falta por luto gestacional, dado que considerava que todos os casos se enquadravam na atual licença por interrupção de gravidez.

Mário Mourão assinala a “evolução” como positiva,

mas diz que é preciso “prudência”, preferindo pronunciar-se quando vir a proposta concreta. Questionado sobre se admite chegar a um acordo se apenas estas questões forem alteradas, foi taxativo: “Não, é muito pouco”. Para a UGT há matérias mais gravosas, nomeadamente no que respeita à “reintegração dos trabalhadores por despedimento”.

Também o presidente da CIP assegura que a confederação não se opõe a estas alterações, caso isso contribua para a “paz social”.

À saída da reunião de Concertação Social, a ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, referiu: “O Governo não é imobilista em nenhuma matéria, E, portanto, essa é uma entre muitas [matérias] que, obviamente, está aqui em discussão, ou para reformulação ou para recuo, naturalmente”.

PARCEIROS

Uma “afronta”

Do lado das centrais sindicais, o secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, reiterou que o anteprojeto do Governo representa “um verdadeiro retrocesso” nos “direitos de quem trabalha”, tendo apelado “mais uma vez ao Governo para que retire da discussão” um documento que apelida como “afronta”.

Propostas “lesivas”

Já o secretário-geral da UGT sublinhou que a ministra “foi sensível” a algumas reivindicações, nomeadamente ao nível das medidas que visam a amamentação e o luto gestacional, tendo manifestado a intenção de fazer “melhorias nessa matéria”. Mário Mourão diz que prefere “ver a proposta concreta”, porque “muitas são lesivas para os trabalhadores”.

“Contrarrelógio”

O presidente da Confederação do Turismo Português, Francisco Calheiros, salientou a necessidade de rever a legislação laboral, considerando necessário que tenha “mais flexibilidade” e que seja “equilibrada”, mas salienta que o atual contexto exige que o processo decorra em “contrarrelógio”, dado que estão em causa “mais de 100 artigos” do Código de Trabalho.

A FECHAR

Montenegro e Trump falaram ao telefone sobre reforço das relações

EUA O primeiro-ministro português, Luís Montenegro, falou ontem ao telefone com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre as oportunidades para os dois países estreitarem as relações económicas, políticas e culturais. “Ambos vemos muitas oportunidades para estreitarmos as ligações económicas, políticas e culturais entre os EUA e Portugal”, escreveu na rede social X o chefe do executivo português, a partir do Japão. Trump manifestou solidariedade pelo acidente com o Elevador da Glória.



Vítor Escária, ex-chefe de gabinete de Costa, nomeado diretor do ISG

EDUCAÇÃO Vítor Escária, arguido no processo Influencer e antigo chefe do gabinete de António Costa, foi nomeado diretor do Instituto Superior de Gestão (ISG), em Lisboa, do grupo Lusófona. Em comunicado, o ISG omite o passado político, destacando apenas o percurso académico. Vítor Escária ficou associado aos envelopes com 75 800 euros encontrados na prateleira do seu escritório, em S. Bento.

Rendas podem subir 2,24% em 2026, abaixo da estimativa

INE O valor das rendas poderá aumentar 2,24% em 2026, abaixo dos 2,25% estimados no final de agosto, após revisão dos dados da inflação pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Nos últimos 12 meses até agosto a variação média do índice de preços, excluindo a habitação, foi de 2,24%, que serve de base ao coeficiente para a atualização anual das rendas.

Empresas acusadas de acordo para não contratação

BEBIDAS A Autoridade da Concorrência acusa três empresas da indústria de bebidas de terem acordos de não contratação de trabalhadores, uma prática que terá durado sete anos. Estas concertações afetam os trabalhadores das empresas envolvidas, na medida em que reduzem o poder negocial face à entidade empregadora e afetam o nível salarial.